



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer o encaminhamento de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, sobre suposta auditoria realizada, em 2012, no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA, da Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 116 do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja encaminhado pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, sobre suposta auditoria realizada, em 2012, no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, da Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme segue:

- 1) *Houve a referida auditoria no DIPOA?*
- 2) *A referida auditoria foi concluída?*
- 3) *Caso não tenha sido concluída, qual é o prazo previsto para a sua finalização?*
- 4) *Quais são as suas principais conclusões?*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5) *Na hipótese da auditoria ter sido finalizada, solicitamos o encaminhamento do inteiro teor do relatório final.*

JUSTIFICATIVA

Denúncias veiculadas no jornal *Correio Braziliense*, edição de 08 de fevereiro deste ano, fazem referência ao suposto tráfico de influência exercido pelo Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), Luiz Carlos de Oliveira, que modificou regras de processamento de carnes bovinas e de aves para favorecer a indústria do setor. Antes de assumir o DIPOA, segundo a reportagem, ele era contratado pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) para atuar como negociador perante os órgãos públicos. A matéria jornalística afirma ainda que o Sr. Luiz Carlos de Oliveira, à frente do DIPOA, assinou em agosto e outubro de 2011, duas resoluções e um ofício circular que beneficiam diretamente grandes frigoríficos do País. As resoluções regulamentam a prática de aspersão de água nas carcaças de bovinos, o que era considerado um crime pela atual legislação.

Em uma segunda matéria publicada pelo mesmo jornal, no dia 21 de janeiro do corrente, consta a informação de que o Sr. Luiz Carlos de Oliveira estava em litígio judicial contra a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – Abiec, em função de uma consultoria prestada através das Organizações Veterinárias São Francisco. Entretanto, logo após assumir o cargo de diretor do DIPOA no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ele teria se beneficiado de um acordo judicial no valor de R\$ 660 mil (seiscentos e sessenta mil reais) com a própria Abiec. Segundo o jornal, a boa vontade da indústria de carnes com ele rendeu frutos para o setor, como, por exemplo, as duas resoluções descritas no parágrafo anterior.

As reportagens denunciam tráfico de influência e um forte lobby de grandes empresas no Ministério da Agricultura.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Isso posto, e visando colher informações que permitam a melhor compreensão dos fatos noticiados, formulo o presente Requerimento, esperando contar com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, de 2012.

Deputada Erika Kokay – PT/DF